

Deliberação nº 49 — 2ª Câmara

Aprovada em 16.05.84 — Processo nº 0471/82

Interessado: Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais.

Assunto: Consulta sobre Contrato-Padrão de Edição e Mandato da SICAM

Relator: Cons. Galba Magalhães Velloso

Ementa

O contrato de edição e mandato que estabelece prazo de vigência e condições resolutivas fica sujeito, quanto àquele e a estas, às normas do direito comum, não podendo ser rescindido por ato unilateral de vontade.

I — Relatório e Análise

Adoto o relatório e as conclusões da CODEJUR em sua Informação nº 19/83 (fls. 10).

II — Voto do Relator

O contrato de edição e mandato que estabelece prazo de vigência e condições resolutivas fica sujeito, quanto àquele e a estas, às normas do direito comum, não podendo ser rescindido por ato unilateral de vontade.

Brasília-DF, 16 de maio de 1984.

Galba Magalhães Velloso
Conselheiro-Relator

III — Voto do Conselheiro Henry Jessen

Pedi vista do presente processo com o fito de estudar o modelo do contrato de edição e mandato da SICAM, cujas cláusulas resolutivas são objeto da consulta. Efetivamente, apenas a rescisão consensual, ou a judicial fundamentada na inadimplência de uma das partes, dará ensejo de por-lhe termo antes do prazo previsto na cláusula XVII. Acompanho, pois, dentro destes parâmetros, o voto do ilustre Relator.

IV – Decisão da Câmara

O Conselheiro Antonio Chaves acompanhou o voto do Conselheiro Henry Jessen, abstendo-se o Conselheiro J. Pereira.

Brasília-DF, 16 de maio de 1984 .

Henry Jessen
Conselheiro

Antônio Chaves
Conselheiro

J. Pereira
Conselheiro

D.O.U. 19.09.84 — Seção I, p. 13.687